

**Brecha digital: as estratégias do Governo Lula**

André Barbosa Filho, Cosette Castro e Takashi Tome - **Mídias digitais – Convergência tecnológica e inclusão social**,

José Marques de Melo<sup>1</sup>  
São Paulo, Paulinas, 2005.

---

<sup>1</sup> Professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, atualmente dirigindo a Cátedra UNESCO de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo.

Comecei a estudar a teoria da comunicação, nos idos de 60, sob a orientação intelectual dos mestres Bruce Westley, Wayne Danielson e Joffre Dumazedier, entre outros *scholars* que integravam o corpo docente do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina. Deparei-me, então, com o dilema da unilateralidade da mídia e da impossibilidade de se instaurar, por seu intermédio, autênticos processos de comunicação.

Westley dizia claramente que os meios de comunicação de massa desencadeiam fluxos cognitivos de natureza “indireta, unilateral e anônima”. Por isso mesmo, a comunicação de retorno tornava-se inviável, a não ser posteriormente, através de cartas ou telefonemas, mesmo assim incapazes de alterar o sentido das mensagens difundidas.

Dumazedier, por vez, advertia que a ausência de *feedback* podia ser compensada pela mobilização de “animadores culturais”, um novo tipo de educador coletivo. Para demonstrar sua hipótese, descrevia a experiência francesa das “praças de cultura”. Ali o poder municipal instalou televisores públicos, atraindo o contingente dos cidadãos “sem TV”. Monitorados por agentes culturais, os excluídos das indústrias midiáticas protagonizavam uma espécie de recepção comunitária, decodificando, segundo seus próprios valores, os conteúdos inscritos na programação.

Não obstante, inquietava-me a impotência dos comunicadores de massa (jornalistas, publicitários, radialistas ou cineastas) para captar as expressões e os sentimentos dos seus interlocutores, de forma a integrá-los dinamicamente ao fluxo midiático.

Também não me pareciam suficientes os argumentos do professor Danielson, demonstrando que as pesquisas de audiência podiam preencher esse vazio, municiando os produtores midiáticos com dados sobre as reações e as reivindicações do público. Isso era verdade, do ponto de vista da gestão participativa, embora não colimasse a interatividade desejável entre os agentes do processo (emissor e receptor), que continuavam incomunicados no ato da comunicação. Os indicadores obtidos através das pesquisas ajudavam a corrigir distorções, permitindo melhor sintonia entre os criadores de mensagens e os seus destinatários potenciais.

A propósito dessa questão, permaneciam indelévels no meu repertório intelectual as teses defendidas por Paulo Freire, quando compartilhei com ele e outros instigantes pensadores da sua geração uma rica experiência de comunicação educativa no Movimento de Cultura Popular do Recife. O pedagogo pernambucano argumentava enfaticamente que a barreira ao diálogo nos processos de comunicação massiva era consequência imediata da sua natureza tecnológica, mas continha evidente motivação política<sup>2</sup>. Por isso ele resistiu ao uso do rádio e da cartilha como mediadores educativos naquelas emblemáticas campanhas de alfabetização de adultos nos “tempos de

<sup>2</sup> Tentei sintetizar a essência dessa “pedagogia da comunicação” no capítulo 15 – sob o título “A comunicação na pedagogia de Paulo Freire” do meu livro *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Vozes, 1998, p. 258-283

Arraes<sup>3</sup>. De acordo com a sua maneira de pensar e agir, a intermediação exercitada pelos “monitores” (mediadores pedagógicos) nas escolas radiofônicas não tinha o mesmo valor interativo da interlocução dialógica e contextual protagonizada entre “alfabetizadores” e “alfabetizados” nos seus “círculos de cultura”<sup>4</sup>.

Infelizmente a brutalidade dos acontecimentos que povoaram o território nacional com a ascensão dos militares ao poder, através do golpe de 1964, acabou por desativar aquele debate intelectual, que mesclava pragmatismo político e pureza ideológica, ousadia intelectual e responsabilidade educativa. Voltei a conversar com Paulo Freire sobre esse “grito parado no ar” em dois momentos.

O primeiro encontro ocorreu em 1965. Ao concluir o meu curso de pós-graduação no centro de pesquisas avançadas em comunicação que a Unesco mantinha em Quito, Equador, visitei Santiago do Chile, onde vários brasileiros enfrentavam estoicamente o exílio político. Entre eles estava Paulo Freire, que me recebeu com a mesma ternura que ele costumava dedicar à juventude interessada em suas idéias pedagógicas. Reavivando o colóquio interrompido no Recife, comentei as lições aprendidas com os mestres Westley, Dumazedier e Danielson, entre outros teóricos da comunicação. Ele, imediata e ceticamente, retomou a essência da sua “pedagogia da comunicação”, relendo passagens da tese de cátedra apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, então em processo de adaptação para ser publicada em livro (o que acabou sendo feito, dois anos depois, pela Editora Paz e Terra, sob o título *Educação como prática da liberdade*). E reafirmava explicitamente: só a comunicação pautada pela dialogicidade pode desencadear o processo de conscientização do educando, convertendo-o em sujeito da sua própria história, ou seja, outorgando-lhe a cidadania. Qual o avanço obtido com a aceleração do processo educativo, visando transformar analfabetos em simples decifradores de palavras, também detentores da habilidade de assinar o próprio nome? Eles podiam até mesmo converter-se em eleitores precoces, mas não teriam condições de discernir plenamente o sentido das ações que estavam destinados a protagonizar. A dependência da mediação pedagógica exercitada por “monitores” (quase sempre agindo como “comissários políticos”) constituía um obstáculo poderoso à inclusão social e à maturidade política pela sua evidente “verticalidade”. Naquele momento, Paulo Freire começava a aprofundar suas reflexões sobre os fenômenos comunicacionais situados no âmbito para-educativo, especialmente aqueles embutidos nos programas de inclusão social do governo

<sup>3</sup> Uma excelente descrição desse momento histórico está contido no livro-reportagem “Tempos de Arraes”, escrito por Antonio Callado (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963)

<sup>4</sup> Para melhor entender a dinâmica dos “círculos de cultura”, alternativa paulofreiriana às convencionais “salas de aula”, recomendo a leitura do apêndice do seu livro seminal – *Educação como prática da liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, p. 123-150

Allende, capitaneados pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária.<sup>5</sup>

O segundo diálogo aconteceu em 1981, na cidade de São Paulo, logo depois do seu retorno ao país, beneficiado pela anistia política negociada taticamente pelo governo militar, em processo de retirada estratégica da cena brasileira<sup>6</sup>. Senti que Paulo Freire radicalizara seu discurso em relação à mídia, impactado não apenas pelas estruturas “massificadoras” então hegemônicas nos países capitalistas, mas atemorizado pelas distorções “manipuladoras” visíveis em nações jovens que esboçavam o trânsito em direção ao socialismo (casos de Angola e Nicarágua). Ele continuava cético quanto ao papel educativo dos meios de comunicação de massa, justamente pela impossibilidade do diálogo entre educadores e educandos. Seu argumento era contundente: “...o transmissor é o sujeito que transmite a mensagem; a mensagem é o objeto seu, pessoal. Isso é profundamente perigoso. O meio adequando-se ao receptor para ser mais eficaz à transmissão.” E concluía de modo acachapante: “Na minha linguagem político-pedagógica não existe receptor que seja só receptor”. Contrapondo-se a esse tipo de contingência, rotulada como “ideológica e castrante”, ele preconizava a emergência de um “receptor também produtor de uma certa mensagem”. Mas para isso tornava-se indispensável “mudar o ser mesmo do meio”, ou seja, criar “os caminhos do retorno”, “dar voz a quem antes era um povo paciente”. Ironicamente essa “mudança do meio” viria a ocorrer, não pela vontade política das vanguardas militantes, mas como conquista da ciência aplicada. Ela potencializou a instantânea “comunicação de retorno”, instaurando o “diálogo” entre interlocutores ancorados em espaços distanciados. A “revolução cibernética” criava máquinas capazes de permitir a interlocução simultânea de múltiplos “sujeitos”, dando “voz a quem não tinha voz” e criando cenários favoráveis ao protagonismo histórico de grupos, comunidades, povos, até então condenados à marginalidade cultural ou à segregação política.

Foi Everett Rogers quem me deu a nítida compreensão dessa “conquista tecnológica”, produzindo alterações profundas nos paradigmas comunicacionais vigentes. Ao proferir, em 1982, uma das conferências principais do congresso anual da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – ele antecipava as evidências empíricas que posteriormente iriam configurar o conteúdo do livro *Communication Technology: the new media in society* (New York, The Free Press, 1986). Sua tese era a de que, na antevéspera da “sociedade da informação”, a comunicação

humana experimentava uma mudança radical porque as novas tecnologias criavam artefatos suficientes para erodir a “massificação” midiática. Ao restaurar as possibilidades de interlocução dos públicos receptores, emergia um novo tipo de comunicação respaldada por suportes técnicos, configurando um processo social de natureza “indireta”, porque distante, mas “bilateral e individualizada”, porque transformado em conversação virtual.

As experiências típicas da “ágora grega”, marcadas pela interação discursiva entre sujeitos em situação de igualdade política, podiam ser replicadas a distância. A “aldeia global” de Marshall McLuhan deixava de ser figura de retórica, materializando-se através da invenção dos microprocessadores, responsáveis pelos embrionários sistemas de “comunicação mediada por computadores”. Lembro que os exemplos usados por Rogers em sua preleção - dos Fazendeiros de Kentuck aos Professores da Califórnia - foram ilustrativos e convincentes a respeito do potencial embutido nessa nova mídia, resultante da ousadia de cientistas comprometidos com a solução dos problemas tecnológicos que impediam ou dificultavam a intercomunicação de pessoas, grupos, comunidades e povos separados pela geografia.

Nos últimos vinte anos a revolução informática adquiriu tremenda velocidade, impulsionando a convergência tecnológica, eliminando as fronteiras entre os meios tradicionais de comunicação e criando oportunidades interativas entre os agentes midiáticos. Mas, sem dúvida, a mais importante mudança no panorama vem se dando pelo avanço da digitalização, gerando novíssimos meios e articulando-os simultaneamente com os velhos transmissores de conteúdos. Esse universo passou a ser apropriado não apenas pelas classes hegemônicas, beneficiando também as camadas subalternas e os grupos marginalizados da sociedade de consumo. Eles estão invadindo culturalmente a “aldeia global” na tentativa de preservar suas identidades e evitar que sejam exterminados historicamente.

No cenário brasileiro, a mídia digital começa a adquirir pujança, embora ainda permaneça como privilégio da minoria economicamente aquinhoadada ou das vanguardas que estão na linha de frente dos movimentos sociais<sup>7</sup>. Contribuir para mudar esse panorama é a intenção do livro “Mídias Digitais”, escrito por um coletivo transdisciplinar, integrado por estudiosos da comunicação e por especialistas em tecnologia.

O volume reúne ensaios escritos por pesquisadores identificados ou participantes das estratégias adotadas pelo Governo Lula no sentido de romper a “brecha digital” que estigmatiza a sociedade brasileira. Trata-se de um esforço de reflexão grupal destinado a estimular ações capazes de conduzir à inclusão social daqueles

<sup>5</sup> Como resultante dessa frutífera experiência no âmbito da comunicação rural, Paulo Freire escreveu o instigante ensaio *Extensão ou comunicação?*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970, onde confronta as idéias seminais da “pedagogia como prática da liberdade” e as idéias renovadas da “pedagogia do oprimido”, num contexto marcado pela sua imersão radical nos problemas cruciais da América Latina.

<sup>6</sup> O diálogo que mantivemos nessa ocasião foi publicado originalmente pela revista *Chasqui* e reproduzido no último capítulo do meu livro *Para uma leitura crítica da comunicação* (São Paulo, Paulinas, 1985).

<sup>7</sup> Para melhor compreensão desse fenômeno, recomendo a leitura do meu ensaio “Exclusión comunicacional y democracia mediática: dilema brasileiro en el umbral de la sociedad de la información”. Vide: MARQUES DE MELO & SATHLER – *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*, São Bernardo do Campo, Editora da UESP, 2005, p. 2327-244

contingentes que permanecem à margem do banquete civilizatório.

Seus autores são jovens intelectuais atuantes em diferentes universidades, institutos de pesquisa, entidades públicas ou organizações não governamentais, comprometidos com o avanço do conhecimento, mas conscientes de que a inclusão social constitui um processo complexo. Sua aceleração pode ser feita através da inclusão digital, mas a plenitude do processo só se dará pela inclusão cognitiva, exequível apenas quando concretizarmos a utopia acalentada pelo jovem Paulo Freire, convertendo a educação em “prática da liberdade”.

Senti-me gratificado ao prefaciá-lo esse livro, apresentando-o ao público leitor, não apenas pelo valor intelectual dos ensaios que reúne, mas também por uma razão particular. Seus autores de certo modo corresponderam ao desafio que fiz à comunidade acadêmica das ciências da comunicação em meu último livro *A esfinge midiática*<sup>8</sup>. Eu lastimava a reiteração apocalíptica que tem predominado na produção acadêmica da nossa área, neste início de novo século, limitando-se a constatar as mazelas do nosso sistema de comunicação de massa, sem contudo ousar na formulação de propostas alternativas, seja para edificar políticas públicas, seja para respaldar empiricamente soluções inovadoras que possam ser protagonizadas pelas empresas ou pelos movimentos sociais.

A maior carência denotada na pesquisa brasileira de comunicação é justamente a concepção de novos sistemas, produtos, gêneros e formatos midiáticos capazes de superar a “baixaria” simbólica dos conteúdos hegemônicos. Mas isso não significa desdenhar as legítimas aspirações culturais das classes populares, abrangendo também os segmentos situados nos bolsões de exclusão sócio-econômica. Pois suas demandas midiáticas permanecem estacionárias em patamares que correspondem à precariedade dos referentes cognitivos que a sociedade lhes destinou.

Creio que os autores desta coletânea demonstram sensibilidade para a questão, delineando saídas possíveis que o poder público tem a obrigação de implementar ou esboçando idéias matrizes que a comunidade acadêmica tem o dever de avaliar criticamente.

---

<sup>8</sup> MARQUES DE MELO, José – *A esfinge midiática*, São Paulo, Paulus, 2004, 335 p.

